

Parafraseando Stravinsky, poderá dizer-se que nós, cientistas sociais, temos um dever para com a sociedade: inventá-la. Não que os cientistas sociais se devam meter a projectar sociedades fictícias à laia de Charles Fourier, Robert Silverberg ou Ursula LeGuin. Podem fazê-lo, é certo, mas nesse campo sujeitar-se-ão à concorrência quotidiana dos meios de comunicação social (sobretudo da Televisão) e duvidamos que o façam melhor ou com mais eficácia. Para os cientistas sociais trata-se antes de inventar o que de facto somos. Como assim? Uma pergunta que se desdobra em duas questões: o que é que a invenção científico-social acrescenta ao que somos? e que importância tem isso?

Se calhar dantes acumulávamos o que éramos no que fazíamos. Tudo nos pertencia, excepto o futuro. Hoje, ao contrário, dividimos o que somos no que fazemos e a tal ponto que só o futuro nos pertence. Hoje somos, de facto, muitas coisas, tantas quantas as que produzimos ou consumimos. Produzimos os mais diversos produtos que se espalham pelos mais diversos lugares. Trabalhamos com matérias primas e máquinas vindas de longe, lemos livros e revistas de toda a parte, viajamos em negócios, ou passeio pelos sítios mais distantes, ouvimos e vemos notícias, as mais estranhas, dos confins do mundo, consumimos os produtos mais esquisitos e contudo os mais familiares. Alguns de nós fazem tudo isto, outros lutam por fazê-lo, enquanto outros apenas desejariam fazê-lo. Há os que resistem, uns por querer (poucos) outros sem querer (muitos), mas a resistência é o avesso do mesmo desejo.

Nunca fomos tanto como hoje e no entanto não nos furtamos a uma sensação de perda, de alienação, de empobrecimento (a modernização da pobreza de que hoje se fala, a qual, em geral, é concomitante da feminização da pobreza). Em países como o nosso essa sensação de perda é dupla, a sen-

sação de conquistarmos apenas o que nos países desenvolvidos se transformou já em mal necessário ou perversão.

E tudo isto porquê? Porque as coisas e as instituições têm vindo a fazer uma ocupação selvagem dos nossos domínios. Organizaram-se pessoalmente para nos desorganizarem e despersonalizarem. Tudo se passa como se a organização obsessiva do nossos fazeres acabasse por desorganizar os nossos seres, pulverizar as nossas personalidades, desconstruir a nossa humanidade. O engenho e a arte das gentes do Renascimento começaram por ser a semente multimoda da criatividade para gradualmente se transformarem numa poeira amorfa que em tudo poisa e nada fecunda. O que não deixa de ser um regresso impossível e perverso às fantasmagorias do medo bíblico contra as quais o Renascimento lutou. Uma pedreira imensa tem vindo a partir a pedra da nossa integridade pessoal com calibres cada vez menores e mais afinados. A especialização técnica e a crescente divisão social do trabalho fazem com que, se tivermos um desastre de automóvel, sejamos um acidente de viação na polícia, um dano e uma responsabilidade na companhia de seguros, uma tibia fracturada no hospital, uma notícia no jornal. Em nenhum sítio somos fulano ou fulana de tal, tantos anos de idade, classe social X ou Y, feliz ou infeliz, a pensar no emprego ou nos olhos da companheira ou do companheiro, em suma, de corpo inteiro (mesmo acidentado). Tudo isto da mesma maneira que a nossa escova de dentes é uma inutilidade (só útil para uma tarefa) e não serve para nos pentearmos, escovarmos a roupa, lavarmos a louça ou limparmos a casa.

Isto, que soa comicamente apocalíptico, não o é ou é-o muito pouco. Não somos os embarcados da Peregrinação de Fausto Mendes Pinto lembrando-se «que vida boa era a de Lisboa». Afinal o passado não é nem o lobo mau nem o capuchinho vermelho nem mesmo a avózinha. É a história em si, comezinha e de comerzinhos, que prudentemente nos contaram antes de sermos gente. E o futuro não será apenas o argueiro da realidade que só vemos nos olhos dos que nos precederam?

É este o ponto de partida para pensarmos que toda esta fragmentaridade, desorganização e atomização é afinal uma forma da organização social e política contra a qual devemos lutar. Para isso é necessário começar por devolver os trapos à sua manta, os fios à sua meada. Em fins de um século analítico, a tarefa do momento consiste em recapacitarmo-nos para o trabalho de síntese. No nosso tempo, a síntese é a invenção por excelência. Só um esforço teórico sistemático de

*par com uma imaginação criadora transgressiva poderão trazer a pluralidade caótica do Dasein ao redil das significações que estabelecem as coerências de tanto descompasso e denunciam os cordelinhos dos seus agenciadores.*

*É esta invenção do social que hoje cumpre às ciências sociais. Mas não serão elas, enquanto um dos nossos fazeres, simultaneamente causa e efeito da desorganização e da atomização do nosso ser social? Em certo sentido, isso é verdade. Mas não é menos verdade que, num século que não acredita em heresias, as ciências sociais são uma via privilegiada de consciência crítica, de conhecimento contra a corrente. Na imaginação científico-social reside a vocação originária de síntese que a transformação social hoje reclama. É certo que em sociedades atravessadas por tantas contradições essa vocação, mesmo quando resiste ao sono ou à mordada, não se pode realizar senão contraditoriamente. Está aí o fundamento da pluralidade e mesmo da conflitualidade interna das ciências sociais. Essa pluralidade/conflitualidade é dupla: a dos tempos sociais e a das unidades de análise. Quanto à primeira, a dos tempos sociais, se é certo que o conhecimento científico que temos vindo a acumular nos permitiu alargar tremendamente os nossos horizontes temporais, seduzindo-nos para acrobacias cognitivas em arcos temporais seculares e milenares para as quais nos sentimos cada vez mais adestrados, não é menos certo que volatilizou o presente que vivemos dia a dia no tempo instantâneo do quartzó simultaneamente exacto e incapturável. Daí que os macro-tempos e os micro-tempos conflituem cada vez mais dentro e fora das ciências sociais. Quanto à pluralidade/conflitualidade das unidades de análise, estas começam por ser prevalentemente territoriais ou comunais, unidades causais onde tudo sucedia de acordo com uma lógica própria, específica. Enquanto hoje são crescentemente inter-territoriais ou mesmo extra-territoriais e cada uma das unidades territoriais é mais consequência do que causa de quanto nela ocorre. Em cada sítio onde vivemos somos levados a viver em muitos outros pela banana que comemos ou pelo jornal que lemos. Daí a tensão crescente que atravessa as ciências sociais entre a especificidade interna do espaço em que prevalentemente vivemos e a lógica global que liga e divide muitos espaços ao nosso.*

*Os artigos incluídos neste número da Revista Crítica revelam bem a dupla pluralidade/conflitualidade das ciências sociais. Os textos de I. Wallerstein e de Boaventura de Sousa Santos ilustram a pluralidade/conflitualidade dos tempos sociais. Wallerstein oferece-nos uma grande síntese histórica so-*

bre o crescimento das cidades nas épocas moderna e contemporânea. Em poucas e vigorosas pinceladas desenha um arco temporal de séculos que inventivamente nos propõe uma apropriação alternativa do passado que nos habituámos a ver como ele talvez não tenha sido. Ao contrário, Boaventura de Sousa Santos coloca-se ao nível da macro-física das lutas sociais, descrevendo com grande detalhe o pequeno mundo dos bairros da lata de uma cidade do Brasil num dado momento histórico. Fá-lo, no entanto, com o mesmo propósito de sintetizar inventivamente as acções e as interacções e, por essa via, propor aos próprios agentes uma apropriação específica do seu presente.

Por outro lado, os textos de Pedro Hespanha e de Rainer Eisfeld ilustram bem a pluralidade/conflitualidade das ciências sociais no que respeita às unidades de análise. Pedro Hespanha propõe-nos pistas de investigação que captem a especificidade e a lógica próprias das estruturas agrárias portuguesas em sua dupla face de campesinato e de latifúndio. Acautela-nos contra os erros teóricos e metodológicos que neste campo tendem a embarretar a realidade portuguesa com letreiros e etiquetas que não respeitam minimamente os processos históricos por que se constituem. Rainer Eisfeld, ao contrário, propõe-nos, como unidade de análise, um Portugal-consequência, um campo de manobras onde a lógica inter-territorial dominou. O processo de transformação social do 25 de Abril de 1974, que parecia indicar um caminho próprio, original, de emancipação nacional, foi sujeito, em sua tese, à lógica global do corte e costura político dos interesses estratégicos hegemónicos a nível mundial.

A conflitualidade destas perspectivas reside em que se não podem compatibilizar facilmente ao nível de um dado objecto de análise. A pluralidade reside em que todas elas contribuem para aprofundar a inteligibilidade e a compreensão da vida que levamos e da vida que nos levam. São estes os parâmetros e os limites da vocação de síntese com que as ciências sociais críticas se podem hoje propor inventar as sociedades que desejamos transformar.